O PAPEL DA INTELIGÊNCIA COMO PARTE DA POLÍTICA EXTERNA

*Por Eric Denécé**

Imagem gerada por inteligência artificial (Midjourney).

Entrevista com profissional de inteligência abordou a importância da inteligência na política externa, bem como questões relativas à ética profissional e à politização dos serviços de inteligência.

Eric Denécé, diretor do Centro Francês de Estudos de Inteligência (Cf2R), concedeu uma entrevista à Marinho Media Analysis, durante a qual destacou a importância dos serviços de inteligência na área da política externa, especialmente as relações entre analistas de inteligência e decisores políticos. Foram abordadas questões relativas à ética profissional e à politização dos serviços de inteligência. A entrevista foi realizada via e-mail em 19 de fevereiro de 2024.

Entre outras funções, Eric Denécé desempenhou, foi oficial de Inteligência Naval da Divisão de Avaliação Estratégica da Secretaria Geral da Defesa Nacional Francesa, Consultor do Ministério da Defesa francês em projetos ligados às Forças Especiais Francesas e às disputas do Sul da China, além de atuar em várias empresas francesas e europeias em questões de inteligência, contraespionagem, operações de informação e gestão de risco na Europa e na Ásia.

A entrevista foi conduzida por Jorge Marinho, doutor em Ciências da Comunicação e licenciado em Jornalismo Internacional; Júlio Ventura, mestre em Ciência

Política e Relações Internacionais, licenciado em Direito e membro do Parlamento Europeu estagiário em Bruxelas; e Lourenço Ribeiro, licenciado em Sociologia e Mestre em Políticas Públicas pelo Instituto Universitário de Lisboa.

ENTREVISTA

Marinho Media Analysis (MMA): Considerando todo o ciclo de inteligência, até que ponto a fase de análise é importante?

Eric Denécé (ED): Todas as fases do ciclo de inteligência são importantes, a análise tanto quanto qualquer outra, e não mais do que qualquer outra. Na verdade, se um problema for mal colocado e as linhas de investigação forem mal definidas, a coleta de informação não pode ser eficaz. Às vezes, mesmo que os objetivos estejam claramente definidos, o processo não produz resultados (segredos inacessíveis ou falhas operacionais). A análise só pode ser realizada se a informação coletada por meios humanos ou técnicos estiver disponível.

É verdade que a Open Source Intelligence (OSINT) mudou a situação, pois um serviço de análise agora pode produzir resultados a partir de recursos abertos. Mas não é isso que pedimos a um serviço de inteligência, caso contrário seriam suficientes acadêmicos com domínio das técnicas de inteligência!

Na realidade, existem duas abordagens complementares, mas muito diferentes, no domínio da inteligência: a pesquisa (utilizando recursos humanos ou técnicos), ou seja, a capacidade de acessar a informação protegida por um adversário ou concorrente; e análise, que é a capacidade de dar sentido a um conjunto de dados, secretos ou não, no contexto de responder a uma questão colocada pelas autoridades, políticas ou militares.

MMA: Em sua opinião, quais características devem estar presentes em um bom analista de inteligência para apoiar a política externa de um determinado país?

ED: As qualidades exigidas a um bom analista, seja qual for o assunto (a política externa está longe de ser a única) são, na minha opinião, as seguintes:

- A cultura, tanto geral como especializada, pois deve ser simultaneamente um especialista na sua área, mas também ser capaz de alargar seu campo de reflexão a outras áreas;
- Um bom conhecimento do que é o trabalho de campo (que não é o seu), mas que lhe permite compreender as possibilidades e os limites da investigação humana e técnica;
- Intuição, habilidades dedutivas e indutivas, capacidade de fazer inferências;
- Desconfiança, porque deve assumir que os fatos são muitas vezes manipulados ou distorcidos, ou que seu adversário está tentando enganá-lo. Ele deve constantemente olhar além das aparências;

- Teimosia, porque nunca se deve ficar satisfeito com os fatos em questão; você deve reinvestigar constantemente para obter uma imagem precisa da situação (respeitando os prazos estabelecidos para sua missão);
- Capacidade analítica e de síntese, capacidade de escrita e capacidade de expressar claramente o que sabe, o que não sabe e o que deve continuar a investigar.

MMA: Quão relevante é a ética profissional de alguém que trabalha em serviços de inteligência, especialmente no que diz respeito aos analistas?

ED: Para compreender como funciona a ética no mundo da inteligência, é essencial diferenciar entre duas coisas:

Por um lado, a ética da inteligência, ou seja, a própria vocação da disciplina, cuja finalidade pode ser mais ou menos facilmente aceita por uma sociedade, dependendo da sua história, valores e situação. O processo de coleta de informação não está de forma alguma sujeita a críticas. Por outro lado, pode acontecer, se os meios utilizados para obtê-la forem dissimulados, questionáveis ou ilegais. De outro lado, a ética da inteligência diz respeito às práticas profissionais e ao espírito com que as realizam os profissionais que escolheram este caminho. Mas é difícil falar de ética sem considerar cada uma das profissões de inteligência separadamente. Na verdade, a questão surge de formas muito diferentes, dependendo da função em consideração:

- A ética do cliente e o propósito da missão;
- Ética em pesquisa;
- Ética na análise e apresentação de factos aos decisores políticos;
- Ética em ação;
- Mas também a ética do indivíduo.

A reflexão sobre a ética da inteligência, iniciada pelo mundo anglo-saxão, ainda está na sua infância. É, portanto, difícil fornecer respostas definitivas a este debate emergente. Na verdade, seria um erro grave aplicar aos serviços de inteligência as regras éticas em vigor em outras áreas da vida social ou administrativa. É claro que as regras são essenciais, mas devem levar em conta a vocação específica dos serviços de inteligência, porque neste domínio, ainda menos do que em qualquer outro, um código de conduta não pode ser definido a partir do exterior.

Este requisito ético é uma questão importante para os próprios serviços. Uma profissão tão exigente e especial não pode ser exercida sem que os próprios operadores possuam uma sólida estrutura moral e um código de conduta que lhes forneça as referências essenciais para evitar cair na esquizofrenia, na paranoia ou na delinquência descontrolada.

MMA: De seu ponto de vista, que preparação necessitam os analistas de inteligência para colaborar com os decisores políticos, como parte da política externa de um determinado governo?

ED: Na minha opinião, não cabe aos analistas apresentarem suas conclusões aos políticos. Qualquer serviço de inteligência deve ter especialistas próprios que possam transmitir informações importantes e como reage a elas, e que também saibam reunir e fazer com que especifiquem suas solicitações antes de confiá-las a quem planejará a pesquisa operacional. Estes homens ou mulheres podem ser antigos analistas ou operacionais que atingiram o nível de gestão e estão, portanto, em posição de dialogar com os diretores. Na verdade, esta é muitas vezes uma tarefa reservada ao diretor ou aos gestores seniores de um departamento. Este é o caso nos Estados Unidos com o President Daily Briefing.

MMA: Na sua opinião, seria útil que os decisores políticos recebessem algum tipo de formação que lhes permitisse conhecer o funcionamento interno e as capacidades reais dos serviços de inteligência?

ED: Penso que é vital que os políticos com grandes responsabilidades pela segurança nacional recebam pelo menos um mínimo de formação em inteligência. Em outras palavras, eles precisam de saber o que fazem as diversas agências da comunidade nacional, o que podem ou não fazer dependendo do seu estatuto e especialidade, como funcionam e o que lhes podem realisticamente pedir. Os políticos têm frequentemente duas atitudes extremas quando se trata de inteligência: ou desprezam os serviços e desconfiam dos "agentes", temendo suas ações impensadas; ou fantasiam totalmente sobre o que um serviço pode fazer e pedem-lhes algo que muitas vezes é inatingível... e acabam por desprezá-los como resultado.

É, portanto, essencial explicar-lhes claramente (e dentro dos limites da confidencialidade) o que podem pedir e esperar dos serviços de inteligência e segurança.

MMA: Na sua opinião, no âmbito da política externa, que vantagens os decisores políticos têm quando tomam suas decisões com base em análises de inteligência?

ED: Um líder político faz políticas. Seu sistema de tomada de decisão baseia-se na sua visão, na sua experiência, na informação que o serviço lhe pode fornecer e na informação que recebe de outras fontes (outros serviços governamentais, redes pessoais)... e seus próprios interesses. Isto significa que por vezes pode desconsiderar informações secretas que lhe são fornecidas se, ao mesmo tempo, tiver que responder a questões políticas ou eleitorais que lhe são essenciais. Mas é claro que é raro que líderes negligenciem a segurança nacional. Mas os agentes de inteligência muitas vezes não conseguem compreender isto. Sua atividade é na verdade apenas um "serviço", comparável a uma consultoria, e o cliente decide se atua ou não após receber seus relatórios.

MMA: O que você acha que as consequências negativas da politização dos serviços de inteligência podem acarretar para os serviços em questão e, como tal, também para o próprio governo?

ED: A politização da inteligência é em parte necessária e em parte prejudicial.

É necessária no sentido de que é bom que o chefe de um serviço de inteligência esteja próximo e tenha a confiança de um presidente ou primeiro-ministro. Será mais fácil para ele explicar o que sua agência pode fazer... e transmitir más notícias, sem esconder nada.

Quando este não é o caso (vide as más relações entre a Casa Branca e a CIA sob Bill Clinton), o serviço não é levado em consideração, marginalizado dos centros de poder, ou pior ainda, as autoridades podem recorrer a redes paralelas, com os efeitos negativos que conhecemos (vide Watergate).

Mas a politização deve limitar-se a isto. Em nenhuma circunstância deve "descer" para as atividades operacionais ou analíticas do departamento, que deve permanecer completamente neutro politicamente, ou seja, estritamente profissional e focado na preservação da segurança interna e externa.

Publicado em Marinho Media Analysis.

***Éric Denécé** é cientista político, diretor do Centro Francês de Pesquisa e Informação e professor associado na universidade Bordeaux IV-Montesquieu em Bordeaux, na França. Ao longo de sua carreira, foi analista de informação e consultor do Ministério da Defesa francês atuando em projetos sobre o futuro das forças especiais.*